

C&T NAS CHAMADAS DO JORNAL NACIONAL: QUESTÃO DE MANIPULAÇÃO?

Mariana Brasil Ramos

Centro de Ciências da Educação da Universidade Federal de Santa Catarina.

marianabrasilramos@gmail.com

Irlan von Linsingen

Centro Tecnológico da Universidade Federal de Santa Catarina.

Irlan.von@gmail.com

RESUMO: Apresentamos parte dos resultados de uma investigação sobre como o Jornal Nacional, telejornal de maior audiência no Brasil, construía sentidos sobre Ciência e Tecnologia. Foram selecionadas para este recorte 4 reportagens veiculadas em 2005, cujo foco era a aprovação da Lei de Biossegurança Nacional. Nossos resultados, baseados na Análise de Discurso, apontaram para uma possibilidade de manipulação telejornalística de referentes tecnocientíficos, no sentido de favorecer a imagem da aprovação da lei frente ao público telespectador. Este processo discursivo é evidenciado aqui através da análise das chamadas das reportagens. Ao final, refletimos sobre o papel da educação em ciências na problematização dos discursos televisivos, tão presentes no universo de nossos estudantes.

PALAVRAS-CHAVE: Educação e Televisão; Análise de Discurso; Ciência, Tecnologia & Sociedade; Genética e Biotecnologia no Jornal Nacional; Educação em Ciências e Biologia.

OBJETIVOS

Este trabalho teve como objetivos analisar o funcionamento das chamadas de reportagens ciência e tecnologia (C&T) do Jornal Nacional e seus possíveis efeitos de leitura, apontando para a necessidade de um trabalho pedagógico que auxilie estudantes a serem leitores críticos de C&T na televisão.

MARCO TEÓRICO

Tomamos a interlocução com a TV como um acontecimento discursivo entendendo discurso como efeitos de sentidos entre locutores (PÊCHEUX, 1990). Nosso processo histórico se dá através da linguagem, nos constituímos sujeitos pelo dizer dos outros, que nos antecedem. A construção de sentidos depende do que os signos historicamente significam para nós – sujeitos –, dependem de nossa interpretação. E esta remete ao nosso lugar na sociedade e à nossa relação com esta e, ainda, aos diferentes sentidos que nesta circulam (o interdiscurso) sobre os mais variados referentes. Assim, meu discurso reflete minhas histórias de leitura, meu repertório sobre os sentidos que atribuo ao mundo, que são, por sua vez determinados por meu contexto histórico-social. Este processo, para além das palavras, é simbólico e os símbolos não se detêm às letras.

Quando um pintor registra uma cena, ali não cabe um recorte da realidade, mas interpretações da mesma. A cena materializa também o sujeito que a pintou, fotografou, filmou, está impregnada deste sujeito, desta sociedade, dos sentidos que aí circulam – ela se torna discurso. É desta maneira que olhamos para a TV: discurso onde circulam interpretações de muitos sujeitos sobre como o mundo funciona, sobre quem deve ser presidente, sobre por que devemos ser “assim” e, até mesmo sobre o que é C&T. Se devemos comprá-las, negá-las, ou mesmo apoiar um processo de aprovação de Lei de Biossegurança na Câmara Federal de Deputados em nosso país. E quem somos em relação à C&T, ao assistirmos à TV, pois entramos em contato com modos de existência narrados através do audiovisual que participam de nossas vidas, operando sobre a constituição de nossa subjetividade (FISCHER, 2003, p. 16)

São oferecidos pela TV aos brasileiros cotidianamente determinados repertórios de/sobre C&T. E estes não apenas podem trazer certos sentidos para determinados conhecimentos científicos, mas também podem significar enquanto valores, processos políticos, de participação pública ou não. Ao observarmos a circulação massiva do discurso televisivo no Brasil, nos interessa, pesquisadores/professores de ciências, compreender como se dá a construção de sentidos sobre C&T a partir deste espaço. E como estes discursos funcionam para envolver telespectadores e construir, também estes sujeitos.

METODOLOGIA

Para investigar como C&T circulavam na TV brasileira, escolhemos o programa telejornalístico de maior audiência no período: o Jornal Nacional (JN). Durante fevereiro e março de 2005, ele foi gravado diretamente da TV e, a partir deste primeiro recorte temporal, foram selecionadas reportagens sobre um tema que explicitamente relacionasse Ciência, Tecnologia e Sociedade: o trâmite da Lei de Biossegurança Nacional na Câmara de Deputados. As quatro reportagens sobre este evento foram digitalizadas¹ e transcritas, constituindo o *corpus* de análise deste trabalho, cuja metodologia é baseada na Análise de Discurso Francesa (AD).

Para a AD os sentidos não estão presos/atrelados a um texto (ALMEIDA, 2004), mas dando margem à interpretação na interlocução. Ao analisar, buscamos para além dos sentidos possíveis, como o texto funciona para produzir sentidos (ORLANDI, 2003). Assim, além da leitura do texto, o analista deve construir um dispositivo de análise que inclua as condições de produção daquele discurso.

Foram investigadas as condições de produção das reportagens em sentido amplo, relacionadas ao fazer telejornalístico, aos referentes, à construção e análise de audiovisuais e às imagens de C&T, a partir de revisão de literatura. As reportagens foram analisadas sob a luz destas condições, considerando-se ainda as falas, escritos e imagens, buscando-se explicitar as condições de produção discursivas em sentido estrito. Na intersecção entre estrito e amplo, relacionamos abaixo alguns resultados, buscando explicitar como as reportagens analisadas funcionam para construir determinados efeitos de leitura sobre C&T.

RESULTADOS

Apesar de haver nas reportagens muitos “objetos” tecnocientíficos (microfones, cadeiras de roda, extintores de incêndio e a própria câmera de filmagem, que não está nas cenas, mas produz estes discursos

1. As reportagens deste trabalho estão disponíveis na rede em: <http://www.youtube.com/watch?v=AXe2kDGHltk>; <http://www.youtube.com/watch?v=hGRAKUElqnw>; <http://www.youtube.com/watch?v=4rJVMpUQnuw>; <http://www.youtube.com/watch?v=7S8wAgfuq84>. Último acesso em 22/01/2012.

sos), os que nos são explicitamente ofertados ao representar C&T são: placas de petri, microscópios, tanques de refrigeração e pipetas.



Os cientistas, ao contrário de imagens mais estereotipadas (homens, brancos, vestidos de jaleco, em laboratórios, com certos instrumentos: óculos, microscópios e vidrarias), também são representados por mulheres (Figura 1). Destas características prevalecem o jaleco branco e o espaço do laboratório - mas não em todos os momentos.

Na pesquisa de Azevedo & Silva (2004), verifica-se que no cinema o cientista que não se atém à pesquisa “desinteressada” é sempre mostrado como “vilão” - relacionando ciência a uma prática neutra. Nas reportagens analisadas, os cientistas defendem e justificam suas pesquisas pela utilidade social, relacionando-as à cura de doenças. A neutralidade é substituída pela utilidade do conhecimento tecnocientífico: o cientista não é neutro e desinteressado, mas sim, interessado em fazer “o bem”.

Os entrevistados que seriam favorecidos com a aprovação da lei prendem o telespectador à imagem do cidadão comum que sofre de uma fatalidade – doença, acidente, etc. Aí funciona um processo de identificação com o drama. C&T, neste sentido, são explicitadas como solução das mazelas humanas, num discurso único em prol da vida. Único, pois nenhum representante dos discursos científicos se opõe à aprovação da Lei. Em todas as reportagens, a oposição à aprovação da Lei se limitou a representantes de órgãos religiosos vinculados às políticas públicas no Brasil. Em todos os momentos em que as falas vinculadas à Igreja apareciam, em seguida, a palavra era passada às Ciências: ou um cientista explicando o processo de clonagem de células-tronco embrionárias, ou um repórter, explicando o mesmo processo, com aporte de animações.



O discurso único dos cientistas em oposição às falas das autoridades religiosas contribui para legitimar o discurso jornalístico, mantendo a impressão de uma formulação neutra das reportagens, pois expõe “todos” os lados da controvérsia envolvida nos referentes.

Sistematizamos, na Tabela 1, as chamadas iniciais das notícias - uma introdução que resume seus conteúdos e também tem a função de chamar a atenção.

A partir dela, percebemos que os sentidos sobre a lei deslizam entre as quatro reportagens. Na 1ª chamada, o referente, chamado de *projeto* é sobre *pesquisas com células-tronco*. Não se especifica o quê, exatamente, este projeto propõe: ele é sobre um assunto, pesquisas com células-tronco. Não se estabelece nem mesmo a polêmica que se viria a levantar, sobre se tratar de células-tronco de embriões.

Na 4ª, um dia após a votação e aprovação da lei, esta passa a ser chamada de *nova lei de biossegurança*, especificando sua aprovação, constituindo lei, e ao que ela se refere: biossegurança. Ela *permite a pesquisa com células-tronco de embriões humanos*, já levantada antes, e, uma novidade: *o plantio e venda de transgênicos*, não mencionado em nenhuma das chamadas anteriores.

Nas reportagens que precedem os resultados da votação, a palavra “transgênico” não é mencionada, nem referente das chamadas, ou dos debates entre C&T e Religião. O foco é nas pesquisas com células-tronco embrionárias, trazendo explicações para as mesmas, suas utilizações, suas polêmicas. Já, no final da última reportagem, há explicações sobre os organismos transgênicos e falas de ministros que situam os transgênicos como referentes também da Lei.

O JN se apropria de parte dos referentes da lei nas primeiras reportagens e explora outro referente apenas quando a lei é aprovada. A Lei discorre, em sua maior parte, sobre a regulação da pesquisa, produção e comercialização de transgênicos. Pouco espaço dela é destinado à regulamentação da utilização de células-tronco embrionárias em pesquisas: de 42 artigos que a compõem, apenas os artigos 3º, 5º e 6º fazem menção às células-tronco (Brasil, 2005).

Chamada Data	Chamada JN 01 Data: 01/03/2005	Chamada JN 02 Data: 02/03/2005	Chamada JN 03 Data: 03/03/2005	Chamada JN 04 Data: 04/03/2005
T R A N S C R I Ç Ã O	Esta semana será decisiva pra quem vê na ciência a chance da cura. O projeto de lei sobre pesquisas com células-tronco está na pauta da câmara.	Os deputados federais devem votar amanhã o projeto de biossegurança , que autoriza pesquisas com células-tronco de embriões. Manifestantes passaram a terça-feira no congresso.	A câmara deve votar ainda hoje a lei de biossegurança . A proposta de usar embriões nas pesquisas de células-tronco é a que encontra mais resistência na bancada religiosa e mais defensores entre os cientistas.	7 anos depois do início das discussões, o congresso deu sua aprovação para a lei da biossegurança . Falta apenas a assinatura do presidente Lula pra que ela entre em vigor. A nova lei permite o plantio e a venda de transgênicos e a pesquisa com células-tronco de embriões humanos.
Referente	Projeto de lei	Projeto de biossegurança	Lei de biossegurança	Nova lei de biossegurança
Ação	Sobre	Autoriza	Propõe usar	Permite
Caracterização do referente	Pesquisas com células-tronco	Pesquisas com células-tronco de embriões	Embriões nas pesquisas de células-tronco	Pesquisa com células-tronco de embriões humanos
Complemento				Plantio e venda de transgênicos

Tabela 1: Quadro comparativo de chamadas das reportagens

Estas condições de produção de sentidos sobre a Lei de Biossegurança podem levar o telespectador a crer que ela trata exclusivamente do uso de células-tronco embrionárias. Mas como funciona este si-

lenciamento para produzir sentidos? O foco nas células-tronco permite a exploração de uma polêmica e histórica “rixa” entre ciência e religião, apimentando assim as reportagens. O foco na possibilidade de clonagem de células-tronco de embrião possibilita a exploração dos dramas humanos, além de ser uma tecnologia relativamente recente. Sousa (2002) aponta a polêmica, a novidade e o drama como características essenciais para que uma notícia de C&T ganhe espaço em um telejornal. Ao mesmo tempo, a transgenia, no Brasil, ainda é foco de debates, entre diversos movimentos sociais e, até mesmo, entre pesquisadores – por que então não mencionar esta polêmica?

Uma fala muito recorrente sobre a TV é a que se refere à ideia de manipulação que, a nosso ver, está relacionada à intencionalidade do enunciador de provocar, através de um mecanismo de antecipação, um determinado efeito-leitor em seu interlocutor. Ao escrevemos os resultados de nossa pesquisa, há uma intencionalidade de provocar certos efeitos de sentidos. Mesmo que admitamos buscar um compromisso com o que se pode chamar de verdade, esta é construída no interior de uma leitura discursiva, a partir de certos pressupostos, dos quais tentamos convencer o leitor.

Uma reportagem do Jornal Nacional também está relacionada a intencionalidades: há a intenção de se satisfazer audiências, patrocinadores, acordos políticos. Mas, ainda assim, constrói verdades, ou versões. Versões, pois “a” verdade, é desejo da linguagem nunca alcançado, apesar de sua busca contínua. Desta forma, quando analisamos um texto, um programa de TV, se quisermos fugir de uma dicotomia verdade/manipulação, certo/errado, cabe nos perguntar “como” se diz? Que elementos discursivos, que gestos de interpretação, que sentidos mobilizam ao dizer? Sabendo que o que “se quer dizer”, pode ser múltiplo.

CONCLUSÃO

Através das análises verificamos que foram silenciados, parcial ou totalmente: como são desenvolvidas as atividades tecnocientíficas em questão, em especial, situações de controvérsia científica; dimensões políticas e econômicas das atividades em questão; a maior parte dos referentes da lei; discursos de manifestantes da sociedade civil organizada contra a aprovação da lei (havia, por exemplo na época, a mobilização de órgãos como o Greenpeace e o Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra - MST); discursos do Ministério do Meio-Ambiente, desfavoráveis à aprovação da lei, entre outros.

Para Oliveira (2010), a manipulação está ligada a um exercício de poder indevido para o controle discursivo de outras pessoas, cujos interesses não convergem com os do discurso manipulador. Ela levanta como a ideia de persuasão pode ser confundida com manipulação, pois a primeira utilizaria argumentos, que podem ou não ser aceitos pelos interlocutores e convencê-los, mas eles seriam livres para aceitar. Os interlocutores, no caso da manipulação seriam vítimas pois não compreendem as ideias e intenções do manipulador, ou mesmo, compreendem de outra forma que os conduz a ações não interessantes para si.

Mas como seria possível determinar este limite, sem considerarmos os sujeitos-leitores de um determinado discurso? A própria autora admite que para diferentes interlocutores, apropriados de outros repertórios sobre os mesmos referentes, um efeito de leitura almejado pelo enunciador, pode ou não funcionar. Esta forma de olhar para como os sentidos são produzidos por diferentes sujeitos, de maneira diversificada, remete à ideia de que o deslocamento, a produção de diferentes sentidos para determinados discursos, possibilitaria um movimento de resistência a esta ideia de manipulação.

Se pretendemos que nossos estudantes percebam este jogo da linguagem, não sendo “vítimas” dela, que compreendam que há intenções sim, quando se noticia algo científico na TV, assim como há intenções quando se ensina algo numa sala de aula e que estes discursos nos trazem versões das ciências e de suas relações com a sociedade, nossas práticas de ensino devem estimular este olhar. E isto só é possível quando admitimos que os sentidos possam ser outros.

Ao ensinarmos que os discursos de/sobre C&T já se modificam ao longo da história e que atualmente há certos jogos de poder discursivos que garantem seu funcionamento e que, dentro destes jogos, é necessário/permitido se dizer isso, mas não aquilo... estaremos formando alguém que compreende, de certa forma, como funciona a nossa sociedade e suas formações discursivas/políticas em relação a C&T. Para isso, não basta estudarmos uma ciência e uma tecnologia, mas como as versões dos discursos tecnocientíficos circulam na atualidade. Como se textualizam, como nos oferecem visões do mundo, em cada espaço onde circulam, inclusive na TV.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, M. J. P. M. (2004) Discursos da ciência e da escola. Campinas: Mercado das Letras.
- AZEVEDO, D. & SILVA, E. P. da (2004) Dinossauros no mundo perdido: ciência, espetáculo e moralidade. Caderno de Programa e Resumos do IX Encontro Perspectivas do Ensino de Biologia. São Paulo: USP.
- BRASIL. Lei nº 11.105 , 24 de março de 2005. Dispõe sobre a Política Nacional de Biossegurança. Publicada no Diário Oficial da União de 28/03/2005, Seção I, Pág. 1.
- FISCHER, R. M. B. (2003) Televisão & Educação: Fruir e Pensar a TV. 2ª ed. Belo Horizonte: Autêntica.
- OLIVEIRA, D. de (2010) A Mídia e a Manipulação da Opinião: um casamento amigável? In: Entre-meios: revista de estudos do discurso. v.1, n.1.
- ORLANDI, E. P. (2003) Análise do discurso: princípios e procedimentos. 5ª edição. Campinas: Pontes.
- PÊCHEUX, M. (1990) O Discurso: estrutura ou acontecimento. Campinas, SP: Pontes.
- SOUSA, C. M. de (2002) Quando a ciência é notícia na televisão. In: SOUSA, C. M.; MARQUES, N. P. & SILVEIRA, T. S. (orgs.). Ciência, Tecnologia e Sociedade - A comunicação Pública da Ciência. Taubaté, Cabral Editora e Livraria Universitária.